

# **BREVES REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO GERADO PELA AGROINDÚSTRIA NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE, GOIÁS, BRASIL.**

Heliton Leal Silva<sup>i</sup>

Centro de Desenvolvimento Sustentável/Universidade de Brasília

[helitonlealsilva@yahoo.com.br](mailto:helitonlealsilva@yahoo.com.br)

Lúcia Cony Faria Cidade<sup>ii</sup>

Universidade de Brasília

[cony@unb.br](mailto:cony@unb.br)

## **Resumo**

A modernização do campo traz um novo sistema de produção, a agroindústria, que interfere nas tradicionais culturas do campo, adequando-as para suas necessidades. Este novo modelo de desenvolvimento do capitalismo está infiltrado praticamente em todo território brasileiro desde os grandes centros regionais, até as pequenas cidades locais. O município de Rio Verde, localizado na microrregião Sudoeste do Estado de Goiás, Centro-Oeste brasileiro, é um dos mais importantes pólos agroindustriais do país. O município é o maior produtor de grãos do estado (12% de tudo o que saiu do estado no ano de 2004), ou 1% da produção nacional. O município goiano também é o maior arrecadador de impostos sobre produtos agrícolas do estado e centro difusor de novas tecnologias para todo o Brasil. A combinação de fatores como o capital econômico e o capital social podem viabilizar o desenvolvimento regional e local. A agroindústria é vista por técnicos e acadêmicos como sendo uma via perfeita para municípios como Rio Verde alcançarem o pleno desenvolvimento. Entretanto, pesquisas recentes indicam que o desenvolvimento, gerado pela agroindústria, principalmente na última década, é insustentável. Este artigo tem como objetivo proporcionar breves reflexões sobre o desenvolvimento gerado pela agroindústria no município de Rio Verde.

## **Palavras-chave**

Rio Verde; desenvolvimento; agroindústria.

---

<sup>i</sup> Geógrafo, professor da União Pioneira de Integração Social UPIS (Departamentos de Estudos Sociais e Turismo) e doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UnB.

<sup>ii</sup> Professora da Universidade de Brasília: Programa de Pós-Graduação em Geografia – GEA/IH; Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS; e Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais – NEUR/CEAM. Pesquisadora do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

## **Considerações iniciais**

Nas últimas décadas, com o intenso processo de agroindustrialização, grandes empresas se deslocaram para o Centro-Oeste, entre elas, Perdigão, Seara, Nestlé e Cica, indicando uma nova forma de organização capitalista. Este novo modelo de desenvolvimento do capitalismo, integrando a agricultura com a indústria, vem se expandindo por todo o Brasil. A agroindustrialização apresenta, segundo Haddad (1999), três peculiaridades históricas importantes: a) a exclusão dos trabalhadores rurais do acesso à terra; b) a urbanização recente; e c) o desprezo pelo cerrado como ambiente produtivo. Essas características, e recentes tendências, têm impactos consideráveis, dos quais muitas só serão percebidos daqui há alguns anos, e poderão definir os rumos do desenvolvimento regional.

Para Wilkinson (1996), pode-se identificar duas dinâmicas de agroindustrialização. Uma delas refere-se a uma intervenção externa na agricultura por uma agroindústria integradora, que seleciona, articula e fomenta distintos produtores. Essa dinâmica, segundo o autor, privilegia a articulação com a produção familiar, especialmente no caso da produção de aves, suínos, leite, uva e fumo.

A outra dinâmica refere-se aos casos em que a agroindústria representa uma simples extensão da atividade agrícola. Esse modelo de articulação agroindustrial tem apresentado algumas tendências que, segundo o autor, além de tornar essa questão mais complexa pode ameaçar o espaço da agricultura familiar. Uma dessas tendências está relacionada à consolidação, nos cerrados, de uma agricultura em grande escala baseada em grãos e oleaginosas que busca uma verticalização para frente no conjunto das carnes e que representa também uma iniciativa da própria agricultura.

A análise de Castro e Fonseca (1995) identifica essas duas dinâmicas no Centro-Oeste. A segunda pode ser exemplificada pelas cooperativas agropecuárias, como a Comigo no Sudoeste de Goiás. A primeira pode ser ilustrada pela recente estratégia de grandes empresas nacionais de promoverem a integração do abate de aves e suínos com a produção de rações e farelos derivados de grãos, como é o caso da Perdigão S/A.

Alguns trabalhos acadêmicos mais recentes têm apontado que essa opção de integração, com base na produção em grande escala, tem se constituído em um dos componentes centrais da expansão de empresas líderes para o Centro-Oeste, incluindo o Estado de Goiás.

### **O processo de agroindustrialização no Centro-Oeste**

O setor industrial do Centro-Oeste está vinculado, basicamente, ao beneficiamento e à transformação de matérias-primas ligadas à agropecuária e ao setor mineral. Segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento, cerca de dois terços da indústria do Centro-Oeste estão ligados às atividades de base primária (incluindo a mineração).

As indústrias mais representativas estão localizadas nas principais cidades: Goiânia (GO), Anápolis (GO), Rio Verde (GO), Catalão (GO), Itumbiara (GO), Campo Grande (MS), Dourados (MS), Cuiabá (MT) e Rondonópolis (MT).

Em Goiás, nas duas últimas décadas, alguns municípios vêm se tornando pólos econômicos e atraindo investimentos, destacando-se Goiânia, que pela sua posição estratégica, boa infraestrutura e custo de vida, já se tornou pólo indutor de desenvolvimento para toda região Centro-Oeste. Catalão é outro destaque. Grandes montadoras instalaram-se na região, além de empresas mineradoras. E, por último, o município que vem merecendo os maiores destaques é Rio Verde.

Na onda da Perdigão e da Cica, que juntas representam investimentos de quase R\$ 1 bilhão, aparecem dezenas de outras indústrias instalando-se no município de Rio Verde. A projeção é de que a economia de Rio Verde movimente em torno de R\$ 2 bilhões no ano de 2005, o equivalente a 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Goiás.

Esse impulso industrial está diretamente relacionado com as políticas de atração de indústrias do governo do Estado de Goiás. Essas empresas foram beneficiadas pela política de incentivos fiscais. O FOMENTAR<sup>1</sup>, criado em 1984 atraiu, investimentos da ordem de R\$ 992,5 milhões. Atualmente, esse programa foi substituído pelo PRODUZIR<sup>2</sup>, que apesar de algumas alterações, continua na mesma linha do programa anterior. A proposta é financiar 73% do ICMS por um prazo máximo de 15 anos, limitado a 2020, a juros de 2,4% ao ano, sem correção monetária.

Além desses incentivos, as indústrias podem contar com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO<sup>3</sup> e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que está investindo pesado no Estado. Ainda, contam com recursos alocados pelas prefeituras, que também têm em seus programas de governo, políticas de atração de indústrias.

Os números mostram que o Estado de Goiás está abrindo as portas para as indústrias, especialmente para as agroindústrias. Se esta é a “vocação” goiana, é importante analisar melhor as suas dinâmicas e estratégias produtivas, para avaliar os impactos que esse processo de agroindustrialização poderá causar na região. A dúvida é: o desenvolvimento gerado pela agroindústria no estado é sustentável, a médio e longo prazo?

### **O processo de agroindustrialização no Sudoeste de Goiás**

O sul do Estado de Goiás, que desde os anos 20, devido à implantação da estrada de ferro, experimentou um florescimento mercantil que permitiu o desenvolvimento de um sistema de produção mais urbano e comercial, é também o mais beneficiado pelas políticas de expansão agrícola. Em especial, destaca-se a microrregião Sudoeste do Estado, que apresentou um grande impulso no crescimento econômico, a partir do cultivo da soja.

Para Borges (1990), a “entrada” da soja em Goiás, carro-chefe da modernização agrícola no Estado, se dá pelo Sudoeste, especificamente pelo município de Rio Verde, que desde a década de 50, apresentava a economia mais diversificada e dinâmica da microrregião. O município se constituiu em uma das áreas mais privilegiadas para implantação de projetos vinculados aos programas de incentivo do Governo Federal, sendo o único município do Sudoeste Goiano beneficiado pelos recursos do Programa para o Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO<sup>4</sup>.

A posição de maior produtor de soja no Estado de Goiás na década de 1990 fez com que Rio Verde se consolidasse como cidade-pólo, ou centro dinâmico, da microrregião (BORGES, 1990). Já em 1975, foi fundada no município a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste

Goiano - Comigo; que logo se transformaria em umas das mais importantes na produção e processamento da soja no Centro-Oeste.

A nova configuração regional do território goiano a partir década de 1970 imprimiu à dinâmica demográfica novos ritmos, direções, intensidades, tipos, causas e efeitos. Esse novo processo é identificado, quando um novo padrão de reprodução espacial se impõe seletivamente no território nacional com base crescente no conteúdo científico e técnico, que Santos (1994) denominou de “meio técnico-científico-informacional”. É o espaço sendo transformado pela técnica e pela informação alterando as relações entre empresas, pessoas e instituições, a partir da intencionalidade mercadológica.

Segundo Cunha (1998), esse novo padrão produziu um crescimento negativo da população rural, ao contrário da população urbana, que registrou substancial incremento. Este fato está ligado ao processo de ocupação das fronteiras que implicou no desenvolvimento diferenciado de algumas aglomerações urbanas, o qual não se limitou às capitais afetando também cidades pequenas e médias, como é o caso de Rio Verde, que se destaca como pólo regional. Esse processo de urbanização mostrou a importância que os centros urbanos passaram a ter como áreas de circulação da força de trabalho resultante das mudanças no uso da terra e nas relações de trabalho no campo.

O Sudoeste Goiano foi uma das sub-regiões beneficiadas com a nova política de integração nacional, e enquadrada segundo Arrais (2002) na chamada região metamorfoseada pelo capital. O Estado a partir de 1970 investe fortemente no Sudoeste, através de políticas agrícolas, incentivos financeiros e fiscais, política de preço mínimo, crédito agrícola, política de estocagem de grãos e acesso a créditos facilitados por programas institucionais.

A modernização criada nessa região vai além de estruturas técnicas para produzir. Ela oferece maior fluidez a produção, constrói estradas e ferrovias, deu créditos, investiu em energia elétrica, nas telecomunicações, estabeleceu contratos com Bolsa de Chicago. Preparando assim um ambiente propício para empresas como a Perdigão e outras a se instalarem nessa região (CALAÇA, 2002). Segundo Arrais (2002), ocorre à criação de um território econômico, que

multiplica sua produção e subordina os agentes sociais locais à sua lógica, não mais local, mas sim mundial.

Esse novo padrão também reproduziu novas formas na distribuição populacional do Estado de Goiás. Com um rural modernizado, na qual agricultura e indústria se integram. A agricultura no Sudoeste nasce moderna e junto a ela a conservação das relações de exploração do trabalho, impactos ambientais e sociais.

### **O processo de agroindustrialização no município de Rio Verde**

O município de Rio Verde (Foto 01), com 106.079 habitantes (Censo 2000), é o pólo econômico da microrregião Sudoeste e considerado pelo IBGE como um dos dez municípios médios mais dinâmicos, economicamente, na última década. Os bons resultados econômicos são consequência do forte processo de agroindustrialização pelo qual o município vem passando na última década. As tabelas 01 e 02 demonstram a importância de Rio Verde para a agricultura e para a pecuária goiana.

**Foto 01** – Vista aérea da área central de Rio Verde



Fonte: Safra - Revista do Agronegócio, 2002.

**Tabela 01 - Agricultura em Rio Verde - 2002**

Produto	Produção (ton.)	Posição no ranking estadual
Algodão	13.200	7º
Feijão	11.300	7º
Laranja	8.250	3º
Milho	222.400	4º
Soja	660.000	1º
Sorgo	31.500	2º

Fonte: Superintendência de estatísticas, pesquisa e informações - SEPIN, 2004.

**Tabela 02 - Pecuária em Rio Verde - 2002**

Produto	Produção (ton.)	Posição no ranking estadual
Rebanho bovino (cab).	430.000	3º
Rebanho suíno (cab).	102.000	1º
Vacas ordenhadas (cab).	40.000	3º
Leite (1000 l.)	55.800	4º
Aves (cab.)	3.230.000	1º

Fonte: Superintendência de estatísticas, pesquisa e informações - SEPIN, 2004.

Diversos autores, como Haddad (1999), Carvalho (2000), Calaça (2000) e Arrais (2000), argumentam que, no caso de Rio Verde, a estrutura fundiária favorece a agricultura de grãos em grande escala. De acordo com dados do Censo de 2000, 55% das propriedades têm mais de 100 ha, o que corresponde a 93% da área cultivada. Os estabelecimentos com mais de 1000 ha, cerca de 8% do total, ocupam 47% da área. Por outro lado, chamam atenção para a situação dos agricultores que possuem menos de 100 ha, quase 50% do total, e que estão à margem da produção comercial de grãos e “com grande probabilidade, ocupam as áreas de topografia menos favorável para a produção de grãos”

Segundo Castro e Fonseca (1995), alguns fatores de atração das agroindústrias para o município são: proximidade com setores de armazenamento, proximidade e qualidade da matéria-prima, incentivos fiscais e produção em escala. Esses fatores tendem a baixar o custo de produção, aumentando assim, as vantagens em relação à produção em outras regiões.

Helfand e Rezende (1998), partindo de uma análise comparativa da produção, consumo e estrutura espacial dos preços do milho e da soja, demonstram que a expansão da agroindústria de aves e de suínos para o Centro-Oeste não pode ser explicada somente pelo menor preço desses dois produtos na região. As tabelas 02 e 03 ...

Os autores citados acima argumentam que a redução dos custos de produção, devido ao menor preço da ração, não compensaria, especialmente para as empresas localizadas no Sul, o maior custo de transporte do Centro-Oeste para os principais mercados consumidores. Assim, outros fatores como tecnologia e novas formas de organizar a produção, estariam contribuindo para maior competitividade do Centro-Oeste. Ainda, segundo esses autores, as restrições ambientais estimulam o abandono das áreas mais povoadas do Sul. Aspectos organizacionais e políticos também podem ser levantados como hipótese para o deslocamento da atividade agroindustrial para o Centro-Oeste.

Faveret Filho e Paula (1998) argumentam que o dimensionamento dos módulos do Projeto Buriti, da Empresa Perdigão (Foto 02) em Rio Verde, “partiu da hipótese de esgotamento do sistema original, implantado no Sul. O Sucesso da experiência original baseou-se no binômio pequena propriedade diversificada e mão-de-obra familiar.”



**Foto 02** – Vista aérea da Perdigão S/A, em Rio Verde.



**Fonte:** Safra - Revista do Agronegócio, 2002.

Com base nesses pontos, identificados em Rio Verde como atrativos para a agroindústria, quais foram os impactos decorrentes desta atividade, para a região e para o município de Rio Verde?

### **Os impactos das agroindústrias nos processos de desenvolvimento regional e local**

A instalação de agroindústrias, como a Perdigão e a Cica, provocou vários impactos no Sudoeste de Goiás, dentre eles: a expansão da construção civil e das vendas comerciais; surgimento de novos cursos técnicos, por meio de parcerias entre a empresa e as escolas, resultando na elevação da qualificação profissional; contratação de funcionários em cidades vizinhas; aumento no efetivo de rebanhos de aves e suínos; diversificação da produção agropecuária; atração de novas

empresas; novos empreendimentos imobiliários; alteração na dinâmica das instituições financeiras (bancos).

Outro impacto provocado é atração de empresas (indústrias, prestadores de serviços, lojas especializadas, transportadoras) para o município, tais como: Triel (indústria de carrocerias), Cadê (construtora), Orsa (embalagens de papel), Mercar (indústria de baús refrigerados) e Vide Plast (embalagens de plástico), que vieram atraídas pelos incentivos fiscais do governo e pela facilidade de créditos, e para atender a Perdigão e aos mercados locais e do Centro-Oeste.

Esse desenvolvimento tecnológico propicia aumentos de produtividade: nos últimos anos, os produtores da região conseguiram ganhos expressivos de produtividade, passando de 42 sacas de soja por hectare plantado para 50 sacas. Contudo, isso levou a um acentuado aumento no preço da terra: há cinco anos, 1 hectare na região custava U\$1.000, hoje paga-se no mínimo U\$2.500 (ABROMOVAY, 2000).

No entanto, no tocante a essa modernização, percebe-se o caráter “conservador” e excludente da mesma. O valor da terra aumentou mais de 100%, ocasionando conseqüentemente a concentração fundiária e de renda, agravando ainda a exclusão social.

O crescimento acelerado, pelo qual o município de Rio Verde vem passando nos últimos cinco anos, só reforça o fato de que a cidade está longe de se desenvolver com qualidade de vida. O município está, sim, crescendo, tanto que já pode ser considerado um pólo de crescimento, mas em relação ao desenvolvimento.

A instalação do complexo agroindustrial da Perdigão em 1999, trouxe alguma melhoria para o município, como a geração de empregos diretos e indiretos, por outro lado, proporcionou o aumento exagerado do custo de vida e marginalidade.

Em relação às questões ambientais, sabe-se que as atividades agropecuárias, de modo geral, em busca de maior rentabilidade, provocam profundas mudanças no meio natural: o desmatamento, a

introdução de monocultura para uso comercial, a retirada das águas dos mananciais e vários outros procedimentos para obtenção de altos índices de produtividade.

De acordo com a reportagem “Fronteira Agrícola”, (ESTADO DE SÃO PAULO, 2002), os incentivos públicos fornecidos aos produtores rurais e os investimentos em pesquisa e tecnologia, fazem hoje do cerrado uma das terras mais produtivas do mundo. É possível cultivar de duas a três culturas por ano. O investimento em insumos promove grandes índices de produtividade e, conseqüentemente, altos lucros. Ao investir R\$ 1,00 em fertilizante o produtor obtém R\$6,00 de retorno.

No entanto, a ocupação desenfreada no passado deixou profundas marcas ambientais nos dias atuais. O desmatamento para a retirada da cobertura vegetal dificulta a infiltração da água fluvial. Assim, o abastecimento dos lençóis freáticos, diminui drasticamente. Mais de 300 pequenos rios já secaram nos domínios do cerrado. Sem falar nas erosões e na compactação do solo, em função da pesada mecanização. Esses problemas ambientais podem ser vistos em áreas de cerrado, onde as atividades agropecuárias são expressivas, como é o caso da microrregião do Sudoeste Goiano.

A instalação das agroindústrias em Rio Verde, foi precedida de Estudos de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto ao Meio ambiente - Eia/RIMA, que verificaram as possíveis conseqüências de suas atividades. Segundo os mesmos, as empresas estão aptas a atuar na Região desde que se implante imediatamente as indicações para diminuir e/ou sanar riscos ambientais. De acordo com o relatório são necessárias mais de 60 medidas mitigadoras e/ou inibidoras de danos ao meio ambiente.

Caso isso não ocorra, pode-se causar danos irreversíveis. Tem que se levar em consideração que a Perdigão está instalada às margens do ribeirão Abóbora, do qual capta água, o mesmo que abastece o município. A princípio, os efeitos ambientais estão controlados, mas merecem atenção, e deverão ser fiscalizados de perto.

Apesar das empresas estarem realizando estudos sobre o melhor aproveitamento dos resíduos da produção, elas se desresponsabilizam por qualquer dano causado pelos produtores integrados. Também, não há qualquer programa de fiscalização e acompanhamento do processo produtivo, por parte dos órgãos públicos.

Os impactos ambientais causados pela suinocultura estão sendo debatidos em todo o mundo e são motivos de problemas para as empresas do setor. Será que, em Rio Verde, encontrou-se a solução para os problemas ou é mais fácil despejar os resíduos nas grandes extensões de terras e nos vários córregos da região? Talvez em função da topografia e da estrutura agrária aqui encontrada, os problemas sejam menos visíveis e só serão notados a longo prazo.

### **Considerações Iniciais**

O processo de modernização agrícola, e a ocupação das terras de cerrado provocaram profundas transformações no espaço agrário da região Centro-Oeste. Através dos chamados pacotes tecnológicos da Revolução Verde, financiados pelas políticas desenvolvimentistas do Estado, a região Centro-Oeste se inseriu no modelo econômico do país sem levar em conta os aspectos ambientais e sociais das áreas ocupadas. O Estado proporcionou a industrialização do campo e a capitalização da agricultura na região contextualizada.

O intenso processo de ocupação da região dos cerrados realizados mediante programas e políticas governamentais orientadas por visões que desconsideraram o meio ambiente e que, apesar de seu discurso “racionalizador” e “integrador” da sociedade nacional, causaram danos ambientais, culturais e sociais enormes.

O município de Rio Verde, localizado em área de cerrado, vem sentindo, mais especificamente, esses danos causados por esse discurso “racionalizador”. O processo agroindustrial tem seu lado positivo quando se trata da geração de emprego, mas também causa sérios danos ambientais e sociais.

O desafio está em encontrar uma forma de otimizar os efeitos positivos da agroindústria e mitigar os efeitos negativos. Na literatura, esta solução tem nome: Desenvolvimento Sustentável. Um desenvolvimento sustentável da agroindústria no município de Rio Verde é um desafio em que todos os setores da sociedade devem assumir como prioridade. Apesar de extremamente difícil, não há dúvida de que trata-se de uma alternativa viável.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000 – no prelo – Recebido em julho de 1999, aceito em março de 2000

AGENDA 21 BRASILEIRA. Bases para a discussão. MMA/PNUD. Brasília, 2000.

AMORIM, W.M. O amarelo da soja invade o Cerrado, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1996.

BORGES, B.G. O despertar dos dormentes – estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1990.

BUSCHBACHER, R. (coord.) Expansão Agrícola e Perda da Biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional. WWF Brasil. Série técnica, volume VII, novembro de 2000.

BOLETIM FALA CPT, 31/01/2001.

CAMARANO, A. A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. in. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília, 15(2), 1998.

CASTRO, A. C. e FONSECA, M. de G.D. A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste, Série IPEA, n. 148, Brasília, IPEA, 1995.

COUTO, F.A.A. e MONTEIRO, J. A de. O cluster de grãos na região de Rio Verde no Sudoeste de Goiás. In HADDAD, P.R. (Org.). A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil – Estudos de clusters. Brasília, CNPq/Embrapa, 1999.

CUT/CONTAG. Plataforma para o Desenvolvimento e Sindicalismo Rural Brasileiro. maio de 2000.

ÉPOCA. Um eldorado em Goiás. Edição 173: Ed. Globo, 10/09/2001.

ESTADO DE SÃO PAULO. Balança agrícola tem superávit. Edição de 9 de janeiro de 2002.

ESTEVAM, L. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia, Ed. do autor/ Faculdade de Economia - UCG, 1998.

ESTEVAO, L.A. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Tese de Doutorado, Campinas, IE-UNICAMP, 1997.

FAVERET FILHO, P. e PAULA, S.R.L. de. Um estudo da integração a partir do Projeto Buriti, da Perdidão. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 7, p. 123-134, mar. 1998.

FAO/INCRA. Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto. Convênio FAO/INCRA, 2000.

GAZETA MERCANTIL – “Antes que Rio Verde fique mais rica”, 23 de abril de 1998.

GAZETA MERCANTIL . Balanço Anual 98 – Goiás . ano II, nº 2 – dezembro de 1998.

GAZETA MERCANTIL – “Cica já produz alimentos em Rio Verde”, 24 de junho de 1999.

GAZETA MERCANTIL . Balanço Anual 2000 – Distrito Federal e Goiás . ano V, nº 5 –agosto de 2000.

GOMES et al. Uso agrícola das áreas de recarga do aquífero Botucatu (Guarani) localizadas na porção Noroeste e parte Oeste da Bacia Sedimentar do Paraná. Jaguariúna, Embrapa Meio Ambiente, 1999.

GUIMARÃES, E. N. e LEME, H. J. de C. Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste. In: Textos NEPO 33, Campinas, dezembro de 1997.

HADDAD, P. R. A Concepção de Desenvolvimento Regional. In.: HADDAD, P. R. et al. (org.) A competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil: estudo de clusters. CNPq/Embrapa. Brasília, 1999.

HELFAND, S. M. & REZENDE, G. C. Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro Oeste. Brasília, Planejamento e Políticas Públicas, nº. 19 - Junho de 1999.

ISTO É DINHEIRO. Especial: grandes desafios brasileiros: Goiás mostra sua força. Ed. 213-b. Sexta-feira, 21 de Setembro de 2001.

LABAIG, H.C. O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista do Sudoeste goiano:1960-1990.Diss.de Mestrado, Goiânia, ICHL/UFG, 1995.

LEITE, TASSO de S. Dinamismo agroindustrial e desenvolvimento regional em Goiás . Revista Estudos, vol 27, nº01, jan-mar/2000. Editora UCG.

MACHADO, V.F. Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual. Diss. de Mestrado, ICHL/UFG, 1996.

MATTOS, C. de. Modelos de crescimento endogeno y divergencia interregional. ¿Nuevos caminos para la gestión regional? .In HELMSING, B. e GUIMARÃES, J. (Ed.), Locality, State and Development , The Hague, Holanda, ISS, 1997.

MELO, R. Perdigão em Goiás. Goiânia, Revista Safra, dezembro de 1999.

PARCERIA – Informativo do Projeto Buriti, “Rio Verde ganha investimentos no social”. Perdigão Agroindustrial S. A., dez. de 1998.

PERROUX, F., A economia do século XX. Lisboa, Editora Herder, 1967.

PIRES, MAURO DE OLIVEIRA. Região Centro-Oeste: Consolidando a Fronteira. Aspectos da Região relevantes para a atuação conjunta das organizações não governamentais. Documento do PAD- Centro-Oeste. Brasília, outubro de 2000.

RELATÓRIO DE IMPACTO AO MEIO AMBIENTE – RIMA. Rio Verde, agosto de 1999.

REVISTA PERDIGÃO – investindo no ser humano. 1999/2000.

REZENDE, G.C. A agricultura de grãos no Centro-Oeste: evolução recente, vantagens comparativas regionais e o papel da política de preços mínimos. Brasília, IPEA, 1990.(Texto para discussão n. 197)

RIO VERDE EM DADOS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. 2000.

SANTOS FILHO, J. I. dos. et. al. O cluster suinícola do oeste de Santa Catarina. In.: HADDAD, P. R. et al. (org.) A competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil: estudo de clusters. CNPq/Embrapa. Brasília, 1999.

TEIXEIRA, S.M. (Coord.). Análise sócio-econômica da agricultura em Goiás. Goiânia, s/d (Mimeo).

VAZ, E. A modernização da agricultura e as relações de trabalho no Sudoeste goiano: a situação do trabalhador no corte da cana (1964-1989). Diss. de Mestrado, Goiânia, ICHL/UFG, 1992.

WILKINSON, J. Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. Políticas Agrícolas, Revista da Redcapa, Ano II, Vol. 1, 1996.

<sup>1</sup> O Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, criado pela Lei nº 9.489, de 19 de julho de 1984, rege-se pelas normas das Leis nºs 11.180, de 19 de abril de 1990, e 11.660, de 27 de dezembro de 1991. Os recursos do Programa serão destinados ao fomento de atividades industriais do Estado, preferencialmente do ramo agroindustrial, mediante a concessão de apoios, financeiro e tecnológico, a empreendimentos considerados prioritários e importantes para a economia e o desenvolvimento do Estado de Goiás. (SEPIN-GO)

<sup>2</sup> O Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR, tem por objeto social contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. (SEPIN-GO)

<sup>3</sup> Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento. Na qualidade de administrador do Fundo, o Banco do Brasil oferece apoio financeiro aos investimentos de produtores rurais -- pessoas físicas ou jurídicas --, firmas individuais e pessoas jurídicas de direito privado que se dediquem à atividade produtiva nos segmentos agropecuário, mineral, industrial, comercial e de serviços, agroindustrial e turístico da Região Centro-Oeste. Os financiamentos realizados com recursos do FCO proporcionam ampliação da oferta de emprego e melhor distribuição de renda, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da população do Centro-Oeste do país. (Banco do Brasil, 2005)

<sup>4</sup> O Programa para o Desenvolvimento do Cerrado - POLOCENTRO, criado em 1975, foi o programa de maior impacto direto sobre a agricultura no Cerrado. Baseado na concepção de pólos de crescimento, o programa selecionou doze áreas desse bioma com alguma infra-estrutura e bom potencial agrícola. (SEPIN-GO)